



Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. Domingos de Araújo Lima Neto

**Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n. 0801408-06.2016.8.02.0000/50000**  
**Classificação e/ou Preterição**  
**Seção Especializada Cível**  
**Relator: Des. Domingos de Araújo Lima Neto**  
**Remetente : Juízo**  
**Parte 1 : Mariana Mattos Almeida**  
**Advogado : Tiago Barreto Casado (OAB: 7705/AL)**  
**Parte 2 : Estado de Alagoas**  
**Procurador : Thales Francisco Amaral Cabral (OAB: 10131/AL)**

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 976 E SEQUINTE DO CPC E ARTIGOS 281 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS DA EFETIVA REPETIÇÃO DE PROCESSOS E RISCO DE OFENSA À ISONOMIA E À SEGURANÇA JURÍDICA, DISCUSSÃO ACERCA DE QUESTÃO UNICAMENTE DE DIREITO E EXISTÊNCIA DE CAUSA PENDENTE NO TRIBUNAL. ADMISSÃO DO INCIDENTE.

Nos autos de n. 0801408-06.2016.8.02.0000/50000 em que figuram como parte recorrente Juízo, Mariana Mattos Almeida e como parte recorrida Estado de Alagoas, ACORDAM os membros da Seção Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, à unanimidade de votos, em **ADMITIR** o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, nos termos do voto do Relator. Participaram deste julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores constantes na certidão *retro*.

Maceió, 20 de fevereiro de 2017.

**Des. Domingos de Araújo Lima Neto**  
**Relator**



Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. Domingos de Araújo Lima Neto

**Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n.  
0801408-06.2016.8.02.0000/50000**  
**Classificação e/ou Preterição**  
**Seção Especializada Cível**  
**Relator: Des. Domingos de Araújo Lima Neto**  
**Remetente : Juízo**  
**Parte 1 : Mariana Mattos Almeida**  
**Advogado : Tiago Barreto Casado (OAB: 7705/AL)**  
**Parte 2 : Estado de Alagoas**  
**Procurador : Thales Francisco Amaral Cabral (OAB: 10131/AL)**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR, consoante se denota por ofício encaminhado a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas às fls. 01/03, no qual fora solicitada a instauração deste tendo em vista a existência de julgados divergentes acerca da nomeação de candidatos aprovados em concurso público para o exercício do cargo de monitor.

O Presidente desta Corte de Justiça tomou conhecimento do ofício de solicitação de instauração e determinou a adoção das providências cabíveis, notadamente, o competente registro e distribuição do IRDR.

Às fls. 06/1292 foram colacionados os autos do agravo de instrumento no qual fora instaurado o presente incidente.

Proferi despacho às fls. 1294/1296 no qual submeti a admissão do IRDR à Seção Especializada Cível.

**É o relatório.**



Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. Domingos de Araújo Lima Neto

**VOTO**

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR é um dos instrumentos processuais que tem como objetivo a uniformização dos entendimentos nos tribunais. Uma vez instaurado, no bojo de processo de competência originária ou em recurso, há uma transmutação do órgão competente, sendo que o órgão colegiado passa a ser competente para julgar o incidente<sup>1</sup>.

O Código de Processo Civil dispôs expressamente acerca da competência, admissibilidade, requisitos e procedimento deste incidente. Oportuno transcrever os artigos 977, 978 e 981, tendo em vista que regulam a instauração e juízo de admissibilidade, *in verbis*:

Art. 977. O pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente de tribunal:

I - pelo juiz ou relator, por ofício;

II - pelas partes, por petição;

III - pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.

Parágrafo único. O ofício ou a petição será instruído com os documentos necessários à demonstração do preenchimento dos pressupostos para a instauração do incidente.

Art. 978. O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal.

Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.

[...]

<sup>1</sup> "Instaurado incidente, transfere-se a outro órgão do mesmo tribunal a competência funcional para julgar o caso e, igualmente, fixar o seu entendimento a respeito de uma questão jurídica que se revela comum em diversos processos. [...] Há, no IRDR, a transferência de competência a outro órgão do tribunal para fixar a tese a ser aplicada a diversos processos e, ao mesmo tempo, a transferência do julgamento pelo menos de dois casos: esse órgão do tribunal, que passa a ter competência para fixar o entendimento aplicável aos diversos casos, passa a ter competência para fixar o entendimento aplicável a diversos casos, passa a ter competência para julgar os casos que lhe deram origem (art. 978, par. único, CPC)." (Didier Jr., Fredie. Curso de direito processual civil nos tribunais. Vol. 03. Salvador: Ed. Juspodivm, 2016)



Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. Domingos de Araújo Lima Neto

**Art. 981. Após a distribuição, o órgão colegiado competente para julgar o incidente procederá ao seu juízo de admissibilidade, considerando a presença dos pressupostos do [art. 976](#). (grifei)**

Por sua vez, o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas estabelece em seu Regimento Interno a competência para a realização do juízo de admissibilidade do IRDR, sendo a Seção Especializada Cível o órgão colegiado competente:

Art. 284. Cabe à Seção Especializada Cível realizar o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas.

Fixada a competência da Seção Especializada Cível para apreciar a admissibilidade do Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva, passo a análise dos requisitos de admissibilidade.

Nos termos do art. 976 do CPC<sup>2</sup>, o IRDR será admitido quando da presença cumulativa da (a) efetiva repetição de processos e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, (b) a questão for unicamente de direito e (c) houver causa pendente no tribunal.

No que toca à efetiva repetição de processos filio-me ao entendimento de necessidade de repetição de processos, não de um grande número de demandas discutindo a questão, neste sentido são os ensinamentos de Fredie Didier e do Fórum Permanente de Processualistas Civis:

É preciso que haja efetiva repetição de processos. Não é necessária a existência de uma grande quantidade de processos; basta que haja uma repetição efetiva. Os processos com efetiva repetição não devem necessariamente versar sobre um direito individual homogêneo. Ainda que os casos sejam heterogêneos, é possível haver um IRDR para definir questão jurídica que seja comum a diversos processos, sejam eles individuais, sejam eles coletivos, como já examinado.

<sup>2</sup> Art. 976. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.



Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. Domingos de Araújo Lima Neto

Enunciado n. 87 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis: A instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas não pressupõe a existência de grande quantidade de processos versando sobre a mesma questão, mas preponderantemente o risco de quebra da isonomia e de ofensa à segurança jurídica.

A divergência acerca do tema entre os membros da 3ª Câmara Cível deste Tribunal deu ensejo a resultado não unânime do recurso n. 0801495-59.2016.8.02.0000<sup>4</sup>. Inclusive o Tribunal Pleno, no mandado de segurança n. 0803550-17.2015.8.02.0000<sup>5</sup>, do mesmo modo, julgou por maioria, restando consignados voto-vista e voto divergente, e, a existência de entendimentos discordantes entre os membros desta Corte.

Ocorre, que, existem outros processos a serem submetidos a julgamento pela 3ª Câmara Cível, da qual sou componente, como é o caso do processo n. 0801408-06.2016.8.02.0000, e nada indica a mudança de entendimento dos demais

---

<sup>4</sup>AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR – ESPECIALIDADE BIOLOGIA/14<sup>o</sup>CRE. CANDIDATO ALEGA PRETERIÇÃO EM SUA NOMEAÇÃO. EDITAL PREVIOU 09 VAGAS. AGRAVANTE FOI APROVADO NA 14ª COLOCAÇÃO. AUSÊNCIA COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CARGOS VAGOS. APESAR DE EXISTIR CONTRATAÇÃO PRECÁRIA, NÃO HÁ COMPROVAÇÃO QUANTO A CARGO VAGO. QUADRO DE CARÊNCIA NÃO É APTO A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE CARGOS VAGOS. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJ/AL. 0801495-59.2016.8.02.0000-Agravo de Instrumento, Data do julgamento: 31/08/2016)

<sup>5</sup>DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE NECESSIDADE DE CITAÇÃO DOS CANDIDATOS MAIS BEM COLOCADOS COMO LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS. REJEITADA. A TEOR DO QUE DISPÕE O ART. 114 DO CPC, O LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO SÓ SE CONFIGURA QUANDO HOVER IMPOSIÇÃO LEGAL OU NOS CASOS EM QUE A NATUREZA DA RELAÇÃO IMPÕE DECISÃO UNIFORME. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO. CONTRATAÇÃO PRECÁRIA DE MONITORES. DEMONSTRAÇÃO DE NECESSIDADE DO SERVIÇO. EXPECTATIVA DE DIREITO À NOMEAÇÃO QUE SE CONVOLOU EM DIREITO SUBJETIVO DA IMPETRANTE. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO POR MAIORIAE. (TJ/AL. 0803550-17.2015.8.02.0000 Mandado de Segurança, Data do julgamento: 19/07/2016)



Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. Domingos de Araújo Lima Neto

membros, situação que configura o principal fundamento a ensejar a instauração do incidente, qual seja, a existência de repetição de processos e iminente risco de quebra da isonomia e de ofensa à segurança jurídica, decorrente de julgamentos em sentidos diversos.

Do mesmo modo, o requisito da existência de causa pendente resta verificado, uma vez que o recurso de agravo de instrumento n. 0801408-06.2016.8.02.0000 encontra-se no aguardo de julgamento pela 3ª Câmara Cível, conforme alhures asseverado.

Quanto à matéria controversa, impende observar a efetiva repetição de processos em que a parte processual requer sua nomeação em razão de aprovação em concurso público para exercer o cargo de monitor, e alega existência de contratação de terceiros com as mesmas atribuições. Diante de tal situação, entende-se pela necessidade do preenchimento de dois requisitos: (a) comprovação da existência de contratação precária e (b) comprovação da existência de cargo vago.

Discute-se, ainda, a aptidão de quadro de carência comprovar a existência de cargos vagos, de forma que tal ponto configura causa de divergência entre os membros que compõem as Câmaras Cíveis deste Tribunal, bem como o Tribunal Pleno.

Nota-se que se trata de questão unicamente de direito e não fática. Ainda que o fosse, filio-me ao entendimento doutrinário que, a fim de alcançar a uniformização jurisprudencial, tal requisito deve ser relativizado, neste sentido disserta Daniel Assumpção<sup>6</sup>, **a saber:**

A literalidade da norma, entretanto, deixa uma dúvida. Ao prever a repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, o dispositivo dá a entender que, havendo diferentes questões de fato em tais processos, não seria cabível a instauração do incidente processual.

No entanto, essa realidade deve ser analisada com certa flexibilidade, porque, mesmo existindo diversidade de fatos, a

---

<sup>6</sup> Neves, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil – volume único. 8 ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2016. Pg. 1399/1400



Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. Domingos de Araújo Lima Neto

questão jurídica pode ser a mesma. Basta imaginar diferentes remessas de nomes para cadastros de devedores por uma causa comum, quando cada autor indicará um fato diferente, afinal, cada inclusão é um fato. Contudo, nesse caso a causa da inclusão nos cadastros de devedores é comum, de forma a ser irrelevante a diversidade de fatos para a fixação da tese jurídica.

A diversidade de fatos apta a afastar o cabimento do incidente de resolução de demandas repetitivas deve ser aquela suficiente a influenciar a aplicação do direito ao caso concreto, porque, havendo fatos diferentes de origem comum deve ser cabível o incidente ora analisado.

Assim, diante da alta probabilidade de casos idênticos serem julgados de modo conflitante, revela-se imprescindível a uniformização do entendimento deste Tribunal acerca do tema.

Diante do exposto, e como Relator do presente incidente<sup>7</sup>, submeto à Seção Especializada Cível o juízo de admissibilidade do Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva – IRDR, no termos do art. 284 do RITJAL, e voto no sentido de **ADMITIR** o presente IRDR.

É como voto.

Maceió, 20 de fevereiro de 2017.

**Des. Domingos de Araújo Lima Neto**  
**Relator**

---

<sup>7</sup> Art. 283. Caberá a relatoria do incidente ao Desembargador que o instaurar no bojo de recurso, remessa necessária ou ação de competência originária do Tribunal.